



Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023.

**Aos Conselheiros e Diretores do CRF-RJ**

**Dos Conselheiros membros da Comissão de Tomada de Contas**

**PARECER DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2022**

Os Conselheiros Membros da Comissão de Tomada de Contas, a saber: Thiago Lopes das Dôres (CRF-RJ 19128 – Presidente), Silvania Maria Carlos França (CRF-RJ 11565 – Membro Efetivo), Tania Maria Lemos Mouço (CRF-RJ 3032 – Membro Efetivo) e Wesley de Marce Rodrigues Barros (CRF-RJ 10333 – Suplente), eleitos e nomeados conforme portaria 1463/2022, em atenção ao Regimento Interno do CRF-RJ, 1304/2014, ao item XVII do Anexo I, Artigo 2º do referido Regimento e no uso de suas atribuições, e conforme Incisos XI e XII da Resolução nº 603/2014 e conforme letra “B”, Inciso IV do Art. 37 da Resolução 531/2010, vem através deste apresentar a análise do processo de Prestação de Contas referente ao ano de 2022.

Os membros desta Comissão de Tomada de Contas (CTC), possuem ciência das suas atribuições e responsabilidades, assim como as funções de fiscalizar, examinar e emitir parecer sobre as contas do respectivo exercício para o qual foram eleitos, porém além das atribuições oriundas a função de conselheiro, possuem também outras atribuições trabalhistas, o que gerou empecilhos para as reuniões da CTC. Para minimizar tal fato, foi solicitado a possibilidade de o CRF/RJ permitir reuniões aos sábados, o que nos foi negado, dificultando assim o andamento da análise dos empenhos e retardando o desempenho funcional desta comissão. Destacamos ainda que os problemas de infraestrutura da sede do CRF/RJ e saída/afastamento de funcionários levou uma demora na montagem dos empenhos, onde o setor financeiro precisou de um tempo para se adequar aos tramites e treinamento de funcionários que não tinham familiaridade com a rotina, tais acontecimentos geraram um retardo na análise dos empenhos e comprometeram o desempenho da CTC, principalmente na elaboração dos relatórios do primeiro e



segundo trimestre, onde esta Comissão de Tomada de Contas só pode iniciar seus trabalhos em agosto de 2022.

Salientamos que não foi possível em primeiro momento cumprir o prazo estipulado pelo Conselho Federal de Farmácia para apresentação deste parecer, pois além dos fatos acima mencionados, para a conclusão do parecer anual de 2022 foi necessário, primeiramente, sanar as pendências de alguns empenhos, porém, nem todas foram devidamente atendidas e, por esta razão, nem todos os empenhos foram analisados.

Nesse sentido, a Comissão de Tomada de Contas (CTC) do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (CRF/RJ), fez um requerimento ao Conselho Federal de Farmácia solicitando a prorrogação de prazo para apresentar o seu parecer anual sobre as contas de 2022 do referido conselho, sendo concedido o prazo até 12 de abril de 2023.

Esta Comissão de Tomada de Contas, após avaliação criteriosa e imparcial de todos os empenhos referente ao ano de 2022, destaca:

#### **ITEM 1 – Sobre a Organização e Controle dos Documentos de Despesa e Receita:**

Entendemos que a maioria dos empenhos estão organizados e a maioria dos processos atendem aos parâmetros analisados: justificativa do evento, autorização e controle da execução orçamentária, documento fiscal idôneo, atestado de realização/recebimento do serviço/produto e liquidação, porém nem todos os processos encontram-se assinados, com seus devidos comprovantes de participação ou lista de presença. Encontramos processos onde faltam informações referentes aos empenhos ou com ausência de numeração e rubrica nas folhas.

#### **ITEM 2 – Análise da Dinâmica Financeira:**

O demonstrativo do Balanço Financeiro para o exercício do ano de 2022 não apresentou nenhuma inconsistência. Verificamos que as contas bancárias são



periodicamente conciliadas e os pagamentos e recebimentos confirmados através de extratos, relatórios e comprovantes bancários.

### **ITEM 3 – Análise da Dinâmica Patrimonial:**

O demonstrativo do Balanço Patrimonial para o exercício do ano de 2022 não apresentou nenhuma inconsistência.

### **ITEM 4 – Sobre a Previsão e Execução Orçamentária:**

Verificamos que as contas de receitas e despesas estão bem detalhadas no Plano de Contas, e constatamos: A receita arrecadada e analisada foi de R\$ 29.944.395,09 e a despesa realizada R\$ 27.716.876,98 resultando um superávit no período analisado de R\$ 2.227.518,11

Por fim, vimos, por intermédio desta, recomendar observância em alguns pontos relevantes, a saber:

- a) **Empenhos** - Que seja realizada uma montagem criteriosa de todos os empenhos, com documentos comprobatórios, com todas as informações preenchidas, numeração das páginas e com as devidas assinaturas. Assim como a conferência de todos os empenhos antes de enviá-los a CTC, evitando pendências e retrabalhos; Que não haja nos empenhos outras informações que não sejam inerentes a eles (por exemplo, uso de papel de rascunho para impressão de documentos ou folhas em branco dentro do empenho, pois gera fragilidade); Solicitamos ainda, que ao ser encerrado um empenho com a nota de anulação, seja informado nesta nota o novo número para continuar o empenho, caso o mesmo ainda continue durante o ano corrente.
- b) **Projeto Integração, Eventos e Cursos** - Ratificamos a importância da manutenção e ampliação deste projeto, de cursos e eventos para a classe



farmacêutica. Porém, esta comissão observa com preocupação gastos excessivos com diárias de funcionários, assessores e diretores, com isso, sugerimos que em situações análogas tenha apenas um representante do CRF. Salientamos também, a necessidade de criarmos um instrumento que avalie o impacto da contribuição dos assuntos abordados nos cursos fornecidos por este conselho;

- c) **Atas de Reunião de Diretoria** – Sugerimos explicitar, nas atas de diretoria, o motivo e a importância da indicação de profissionais farmacêuticos para representar o CRF em eventos técnico-científicos, uma vez que reconhecemos ter inúmeros profissionais altamente qualificados dentro dos diversos segmentos de atuação farmacêutica;
- d) **Assessores** - Embora convencidos da legalidade e legitimidade que sustentam a contratação de assessores, a CTC vem sugerir que, o numero de assessores seja compatível com a demanda de trabalho do Regional, além disso, qual a necessidade da ida de assessores e funcionários a Brasília ou em reuniões do CFF? Sugerimos que seja apresentado relatório das atividades desenvolvidas e que a produtividade de cada um seja justificada, periodicamente, no Portal da Transparência e nas reuniões plenárias. Isto vai de encontro a princípios constitucionais, os quais são hierarquicamente superiores a lei e reforça o compromisso da gestão com a transparência e publicidade;
- e) **Coordenadores de Seccionais e Chefias dentro do CRF** - Que apresentem sua produtividade trimestralmente para o plenário da casa, e que a mesma seja divulgada no Portal da Transparência;
- f) **Cálculo de Combustível** - Que seja elaborado um formulário padrão para comprovação dos cálculos de combustível;



- g) **PCCS** - Que seja apresentado ao plenário o andamento e adesão dos funcionários ao PCCS, uma vez que foi verificado que a folha de pagamento está onerando muito as despesas deste Conselho;
- h) **Danos ao Erário** - Que seja aberto inquérito administrativo sempre que observado a suspeita de danos ao erário e apresentados ao plenário. Qual a justificativa de se colocar multas nas contas denominadas “devedores diversos”? Nesses casos, sugerimos que os responsáveis, realizem devolução ao erário. (exemplo: empenho 37, página 38)
- i) **Diárias** – Solicitamos parecer jurídico sobre o recebimento de diárias para diretores e fiscais para evento da fiscalização em Petrópolis, uma vez que o art.º 10 da deliberação 2706/2022, aprovada pelo CFF em 25/03/2022, diz que: *Não haverá diária, em nenhum caso, quando o deslocamento ocorrer dentro da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e quando o deslocamento ocorrer em veículo do conselho e não exigir pernoite.* Assim como, o parágrafo 3º da lei 8.112/1990, que diz: *Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.* Como tal fato foge a legislação, sendo uma atividade que poderia ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, gerando economicidade, opinamos pela restituição dos valores para os cofres do CRF. Salientamos que os fiscais quando viajam utilizam o vale-refeição e o deslocamento é realizado com o carro do CRF.
- j) **Devolução de Valores** – Salientamos que em alguns empenhos foi identificado o pagamento de diárias com valores acima do preconizado para alguns fiscais, mas nem todos procederam com a devolução ao erário, solicitamos que tais pendências sejam solucionadas e os valores que foram pagos a mais, sejam restituídos aos cofres do CRF/RJ.
- k) **Fundo de Assistência** - Os empenhos analisados apresentam rasuras na numeração das páginas, falta de assinaturas dos beneficiários nos recibos,



assim como, da diretoria nas baixas de pagamento. Solicitamos que sejam anexados aos empenhos o relatório da comissão assistencial autorizando ou cancelando o benefício e a ata da plenária com o parecer para cada um dos empenhos.

- l) **Gratificações** – Solicitamos que mesmo em casos de reativação de cargo dentro do organograma do CRF/RJ, cargo este que não foi avaliado pela CTC no período de 2019 à 2021, seja apresentado em plenária a devida comprovação da dotação orçamentária para o cargo, com valor da gratificação, assim como, uma portaria que defina as atribuições pertinentes a função. Além deste fato, o que motivou a gratificação para todos os fiscais no mês de dezembro de 2022 e que segundo o portal transparência se propaga pelo ano de 2023
- m) **Benefícios** – Segundo o novo acordo coletivo na cláusula 11: auxílio-refeição, mais precisamente no capítulo 11.1, diz que: Para os servidores admitidos até 05/08/2019, data do trânsito em julgado da ação 0100396-06.2017.5.01.0076, serão concedidos 22 (vinte e dois) vales refeição, conforme valor discriminado acima. Somente serão realizados descontos na quantidade de vales mensais concedidos nos casos de faltas injustificadas. Comparando com o acordo coletivo anterior, qual o motivador da retirada da cláusula 10.2, onde dizia que serão concedidos vale-refeição somente nos dias efetivamente trabalhados, não concedendo em casos de afastamento por motivo de saúde, faltas, doação de sangue e licenças. Sugerimos que para o próximo acordo coletivo esta cláusula seja anexada, para evitar fragilidades futuras aos cofres do CRF/RJ.
- n) **Baixas de Pagamentos** – Sugerimos que seja realizada uma correção nas baixas de pagamento dos valores de aluguel, discriminando cada mês e não de forma geral, como está sendo feito;
- o) **Recursos** – Sugerimos que seja colocado no histórico do empenho o motivador de se interpor um recurso;



- p) **Custas Judiciais** – Sugerimos a criação de um check list, pois em alguns empenhos vem anexado o processo e em outros não, assim como as guias de pagamento que estão vindo em duplicidade, com ate 4 vias em cada empenho;
- q) **Histórico** - Solicitamos que nos empenhos relativos a custas judiciais seja realizada a inclusão do número do memorando do setor jurídico no histórico, para facilitar a busca e análise do empenho;
- r) **Relatório de Viagem** – Sugerimos uma atualização, pois o que é usado atualmente só solicita informações de viagens aéreas, reiteramos a importância do preenchimento de informações como: Informações sobre trajeto/percurso, se é carro próprio ou do CRF, placa e horários, podendo usar como modelo o relatório da fiscalização;
- s) **Deslocamento de Funcionários para Cobertura/Evento** – Tal necessidade gera um custo com diárias exacerbado para este regional. Sugerimos que nestes casos seja solicitado um histórico de atendimentos e seja visto a possibilidade de agendamentos e/ou atendimento online. Já nos casos de deslocamentos de funcionários pela região metropolitana, em vez de se ter um custo com carros de aplicativo, não seria possível o uso dos motoristas do conselho? Qual o plano de gestão nesses casos? Recomendamos ainda, que antes de ser encaminhado algum funcionário terceirizado para as seccionais, que seja levantado valores de prestadores de serviços locais para avaliar o custo/benefício da viagem – deslocamento/diária versus valor do serviço prestado.
- t) **Empresa de Seleção** – Foi realizada a contratação de uma nova empresa de seleção para jovens aprendizes, segundo empenho de nº.: 918. O que motivou essa mudança?
- u) **Fiscalização** – Foi identificado no empenho de n.: 927 que o fiscal residente em Barra Mansa foi deslocado para fiscalizar o norte do Estado e paralelo a





isso o superintendente, o chefe da fiscalização e o fiscal interno Marcelo receberem diárias para fiscalizar o município de Barra Mansa, que possui fiscal residente. Qual o motivador do fato? O superintendente pode receber diárias para fiscalizar? Qual o parecer jurídico?

- v) **Pagamentos** – O que seria esse pagamento de Mora do Darm Rio, no valor de R\$ 33,76, referente a INSS retido sem nota fiscal? Empenho 90, página 69. Qual o motivador?
- w) **Reembolso de Alimentação** - Instruir os funcionários para descontarem os reembolsos acima dos valores máximos permitidos para as refeições e informar a todos que pedem reembolso que o teto é de R\$ 44,06 (quarenta e quatro reais e seis centavos) para refeição, conforme o último acordo coletivo.
- x) **Veículos do CRF** - Quando na hipótese do uso de veículo do CRF, sugerimos que os motoristas anotem a quilometragem inicial da viagem e a de retorno ao CRF, sendo averiguado o histórico do GPS.
- y) **Portal Transparência** – Solicitamos que o portal transparência seja frequentemente atualizado, muitos empenhos analisados pela CTC não estão constando na lista fornecida pelo portal transparência. (Por exemplo, no portal consta até o empenho de nº. 1389 e a CTC chegou a ver empenhos até p nº. 1427). Destacamos ainda que no portal transparência na parte relativa as diárias, as informações discriminadas até o mês de junho não conferem com os empenhos, solicitamos a correção.
- z) **Participação em Eventos** - Qual o critério de escolha para a participação de conselheiros e funcionários em cursos/eventos? Sugerimos um revezamento nas convocações. Além deste fato, o que motivou a liberação da ida da farmacêutica do empenho de nº 1167 ao congresso do federal em Foz do Iguaçu. Qual o critério de escolha? Foi realizado de forma transparente? Uma vez que não foi liberado a ida de outros conselheiros ao congresso com a alegação de economicidade.





## CONCLUSÃO:

Fundamentados nos Princípios da Administração Pública, a saber: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e ainda no Princípio Constitucional da Economicidade e nas Orientações do Tribunal de Contas da União, finalizamos este parecer, onde apresentamos recomendações a serem cuidadosamente revistas por este conselho.

A comissão de Tomada de Contas do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro - CRF/RJ, após análise dos empenhos do ano corrente, folhas de pagamento e processos licitatórios discriminados nos pareceres trimestrais, com registros dos atos, fatos e eventos da gestão administrativa, considerou as contas do ano de 2022, do CRF/RJ **REGULARES** e em conformidade ao que preceitua a Resolução do Conselho Federal de Farmácia de nº 531 de 27 de abril de 2010.

Assim sendo, emitimos nosso Parecer como favorável à APROVAÇÃO das contas do ano de 2022, apresentadas a Comissão de Tomadas de Contas. Reiterando as observações acima mencionadas.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023.

---

Silvania M. C. França  
Membro Efetivo da CTC

---

Tania M. L. Mouço  
Membro Efetivo da CTC

---

Wesley de M. R. Barros  
Membro Suplente da CTC

---

Thiago Lopes  
Presidente e Membro Efetivo da CTC